

Este número da Revista *Signum* teve como objetivo reunir artigos que abordassem a temática do material didático de língua portuguesa e suas múltiplas facetas. Desta forma, partimos da ideia geral de que os materiais didáticos podem ser compreendidos como *recursos didáticos* (livros didáticos, jogos, dicionários, livros literários, livros paradidáticos, enciclopédias, almanaques, etc.). Cruz (2014), citando uma discussão de Salete Souza (2007), define recurso didático como “todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem pelo conteúdo proposto, para ser aplicado pelo professor e seus alunos. Pode ser considerado um instrumento de trabalho na sala de aula, que informa, cria, induz à reflexão, desperta outros interesses, motiva, sintetiza conhecimentos e propicia vivências culturais” (CRUZ, 2014, p. 15). A escolha do tema reflete um pouco da história dos seus organizadores e de uma preocupação crescente da universidade pública: articular a pesquisa acadêmica à realidade da educação básica e ao trabalho do professor, que muitas vezes recorre a diferentes materiais didáticos com grande ênfase ao livro didático das diferentes disciplinas escolares. Desta forma, no campo da Linguística Aplicada e da Educação, diversas pesquisas surgiram sobre os processos de produção, avaliação, seleção e usos dos materiais didáticos (cf. BUNZEN, 2009; LEAL & SILVA, 2011; CRUZ, FERREIRA & SILVA, 2014; ALBUQUERQUE & BUZEN, 2015). No intuito de continuar e ampliar tais discussões, o presente Dossiê - composto por 09 artigos - procura oferecer subsídios para (re)discutir o papel dos livros didáticos (e outros materiais didáticos) em sala de aula. Nosso objetivo não é trazer respostas para as situações complexas que surgem nos mais diversos contextos de ensino e de aprendizagem, mas apontar aspectos que nos inquietam e nos movem em diferentes campos epistemológicos.

Os materiais didáticos possuem uma história, modos de produção e de uso que se alteram ao longo do tempo e do espaço. Por isso, iniciamos o número temático com dois artigos que buscam interpretar e analisar materiais didáticos produzidos em temporalidades bem específicas. Ambos partem de uma abordagem metodológica qualitativa e enfatizam que o livro didático está relacionado ao seu contexto de produção e recepção. O primeiro artigo, escrito por Rejane Rodrigues Almeida de Medeiros, nos mostra como os conceitos de “originalidade” e “criatividade” no ensino da escrita foram tratados em materiais didáticos impressos e publicados em épocas distintas: 1914 e 1969. A análise teve a sua base no referencial teórico da História Cultural da Leitura e destaca uma mudança na maneira de ensinar a escrita. Num primeiro momento, era valorizada a imitação dos autores oriundos da literatura como exemplos a serem seguidos. Em seguida, esta perspectiva (ou paradigma do ensino da escrita) se modificou. A autora destaca como os conhecimentos retórico-poéticos aparecem mesclados à ideia de originalidade. A análise dos materiais didáticos produzidos na década de 60 indica que a noção de “originalidade” foi aprofundada e a criatividade individual passou a ser mais valorizada.

O segundo artigo do dossiê, produzido pelas pesquisadoras Andréia da Cunha Malheiros Santana e Rafaela Cristine Merli, focaliza também uma abordagem histórica comparativa para compreender mudanças sofridas no livro didático de Português. O corpus de análise é composto de um livro didático produzido em 1969 e outro de 2018, ambos destinados ao mesmo público - jovens do 8º ano (antiga 7ª série do 1º grau). Segundo as autoras, os dois livros didáticos tiveram mudanças gráficas/editoriais

significativas e sofreram influência das pesquisas na área dos estudos linguísticos. No entanto, os dois apresentam muitas continuidades, pois permanecem atrelados aos documentos oficiais vigentes em cada época, reforçando a interferência das políticas curriculares do Estado na produção didática. Outro ponto de permanência que merece destaque são os tópicos oriundos da gramática normativa presentes nos dois livros didáticos (1969 e 2018). A análise revela que há ainda uma ênfase na terminologia específica e nos conceitos gramaticais. Apesar das novas concepções teóricas, o livro didático mais contemporâneo ainda reitera práticas consideradas tradicionais.

O terceiro e o quarto artigo utilizam a mesma base teórica e compartilham de um mesmo locus geográfico, porém direcionam suas reflexões para níveis diferentes de ensino. O terceiro artigo, escrito por Débora Amorim Gomes da Costa-Maciel e Jonathas de Paula Chaguri, faz uma análise da coleção “EJA”, da Editora Moderna e chama a nossa atenção para a falta de continuidade na distribuição dos livros didáticos destinados à Educação de Jovens e Adultos na Zona da Mata Norte, no estado de Pernambuco. Partindo da definição de gênero proposta por Dolz e Schneuwly, os autores destacam que a coleção apresenta predominância dos gêneros da ordem do “expor” e do “relatar” e uma secundarização dos gêneros do “argumentar”, o que acarreta prejuízo para os estudantes, uma vez que tais gêneros desenvolvem as capacidades de linguagem atreladas à sustentação e à refutação de teorias/pontos de vista, habilidades essenciais na construção de um cidadão crítico.

O quarto artigo, escrito por Lucas F. Diniz, Gustavo Lima e Marcos A. C. Sobral Júnior, dialoga com o seu antecessor e propõe que haja no curso de licenciatura momentos que abordem o “saber ensinar”. Com este propósito, os autores propõem a elaboração de um material didático alternativo, no caso uma sequência didática (SD), para o ensino de gêneros nas escolas, a SD elaborada abordou o gênero “Regra do jogo” e foi disseminada num evento de extensão. Como conclusão, os autores destacaram a importância deste itinerário formativo na formação docente, pois ele propicia uma reflexão teórica associada à transposição didática dos objetos de ensino, o que contribui em muito para a formação do professor.

O quinto artigo, escrito por Rosângela Oliveira Cruz Pimenta, nos permite conhecer um pouco do material didático de português utilizado em Portugal. A investigação analisa as atividades de produção de texto destinadas ao ensino secundário (Ensino Médio no contexto brasileiro) e a sua contribuição para a formação dos discentes como autores do seu próprio texto. O *corpus* foi um livro didático do 10º ano (chamado de “manual escolar” em alguns países como Angola, Moçambique e Portugal), produzido em 2015 e reeditado em 2020. Assim como outros artigos do dossiê, nota-se que o material analisado atende às orientações do documento oficial (Portugal, 2014) - conhecidas como as “Metas Curriculares”, propondo aos estudantes atividades de escrita dos gêneros recomendados. No entanto, as propostas de produção textual aparecem de forma isolada, sem ligação entre elas e sem a articulação com o contexto histórico, social, político e econômico do estudante. A investigação destacou também que as propostas de escrita não requerem do estudante um posicionamento crítico diante da sua realidade.

O sexto artigo, escrito por Marcos Vinícius Scheffel, analisa as concepções de ensino de literatura que permeiam o edital PNLD- Literário 2018. Ao lançar um olhar para uma política de leitura recente no contexto brasileiro do ponto de vista da sua concepção e das escolhas dos professores das escolas públicas, o artigo volta-se para analisar algumas propostas de ensino de literatura encontradas nos materiais de apoio ao professor. Para os autores, o PNLD-literário funciona como um apêndice do Programa Nacional do Livro Didático. Através do diálogo com conceitos e práticas de ensino de literatura, baseados em Colomer (2007) e Cosson (2006), os autores chamam a nossa atenção para a concepção de texto literário que subjaz em tais propostas governamentais. A seleção de tais obras pelos professores e as propostas dos materiais de apoio são aspectos centrais para uma maior reflexão sobre os possíveis usos dos recursos didáticos nas escolas (nas salas de aula, nas bibliotecas etc.).

O próximo artigo, escrito por Érica de Cássia Maia Ferreira Rodrigues e Naiane Vieira dos Reis, continua a discussão sobre a importância do trabalho com o texto literário na educação básica, mas parte de uma reflexão sobre os documentos legais no contexto atual brasileiro. O movimento analítico privilegia uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a leitura literária e uma proposta de trabalho com o texto literário. Retoma, assim, a importância do desenvolvimento da leitura subjetiva, da capacidade de fruição e de práticas pedagógicas que foquem na literatura, como um exemplo destas práticas que podem complementar o material didático. As autoras analisam um conto de Guimarães Rosa, “A Menina de Lá”, tendo como foco o ensino de leitura literária. Destaca-se aqui uma defesa pela necessidade de ir além do livro didático, complementando o trabalho pedagógico com outros recursos.

O oitavo artigo, escrito por Rosana Helena Nunes e Kleber Aparecido da Silva, também parte da BNCC e mantém o seu foco nas orientações para a elaboração de material didático em articulação ao Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH), o intuito é pensar o ensino da língua portuguesa como um direito humano. Neste sentido, a investigação faz uma análise de duas resenhas de material didático que integram o PNLD/2021. A fundamentação teórica do artigo articula os princípios norteadores da Linguística Aplicada Crítica à Pedagogia Crítica Freireana, defendendo uma educação linguística que cumpra um papel emancipatório, libertário e transgressor, defendendo uma educação capaz de reduzir/acabar com as desigualdades sociais.

Ainda pensando na educação como um direito humano, apresentamos o último artigo publicado neste número da revista, escrito por Dayse Garcia Miranda, em que o foco se volta para o livro didático adaptado para a língua de sinais. A discussão ressalta que o livro didático ocupa um lugar significativo na escola se constituindo como um instrumento didático-pedagógico fundamental no processo de escolarização, por isso a relevância de saber como os alunos surdos compreendem esse material e como as adaptações em língua de sinais podem construir sentidos a partir desse novo formato de leitura. A partir da análise realizada, a autora destaca que houve um avanço na adaptação dos materiais didáticos destinados às crianças surdas, mas que ainda há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que o livro didático adaptado em Libras não tem apresentado as duas línguas numa posição de igualdade.

Este número temático apresentou temáticas diferentes sobre o livro didático de português em contextos distintos (Brasil e Portugal) e temporalidades diversas (início do século XX até os dias atuais). As análises apresentadas destacam também livros para o Ensino Médio ou Secundário, mas também para Educação Jovens e Adultos e para jovens dos Anos Finais da Educação Básica. A educação literária também se fez presente por meio de reflexões sobre o trabalho com textos literários para além do livro didático, com destaque para uma política recente (PNLD-Literário) e as diferentes formas de mediação com textos que podem abordar a literatura para além das prescrições da BNCC. Investigações que mergulham nos Direitos Humanos e na adaptação dos livros didáticos para LIBRAS podem nos ajudar a compreender melhor a complexidade dos recursos didáticos que circulam nas escolas públicas brasileiras. Buscamos trazer diferentes realidades/olhares para um mesmo tema e convidamos todos os leitores, que desenvolvem pesquisa na área ou que queiram desenvolver a dialogarem conosco, contribuindo assim para os avanços da pesquisa sobre material didático.